



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

LENICE DOS SANTOS PEREIRA DA SILVA

**“NO CAMPO NÃO TEM ESCOLA DE ENSINO MÉDIO”: DESAFIOS À
PERMANÊNCIA DA JUVENTUDE EM SEUS TERRITÓRIOS**

MARABÁ

2022

LENICE DOS SANTOS PEREIRA DA SILVA

**“NO CAMPO NÃO TEM ESCOLA DE ENSINO MÉDIO”: DESAFIOS À
PERMANÊNCIA DA JUVENTUDE EM SEUS TERRITÓRIOS**

Monografia apresentada como requisito para
obtenção da Graduação em
Licenciatura em Educação do campo com
ênfase em Letras e Linguagens pela
Universidade Federal do Sul e Sudeste do
Pará.

Orientadora: Profa. Ms. Maria Célia Vieira
da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Biblioteca Setorial Campus do Tauarizinho

S586n Silva, Lenice dos Santos Pereira da
“No campo não tem escola de ensino médio”: desafios à
permanência da juventude em seus territórios / Lenice dos
Santos Pereira da Silva. — 2022.
40 f. il.

Orientador(a): Maria Célia Vieira da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto
de Ciências Humanas, Faculdade de Educação do Campo,
Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo,
Marabá, 2022.

1. Juventude rural – Condições sociais. 2. Escolas
públicas – Pará (PA). 3. Ensino médio. 4. Educação rural.
5. Trabalho de extensão rural - Pará (PA). I. Silva, Maria
Célia Vieira da, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 305. 23098115

Elaborado por Renata Souza – CRB-2/1586

LENICE DOS SANTOS PEREIRA DA SILVA

**“NO CAMPO NÃO TEM ESCOLA DE ENSINO MÉDIO”: DESAFIOS À
PERMANÊNCIA DA JUVENTUDE EM SEUS TERRITÓRIOS**

Defesa: 04 de março de 2022

Banca examinadora:

Profa. Ms. Maria Célia Vieira da Silva (Faculdade de Educação do Campo -
UNIFESSPA)

Profa Dra. Bonfim Queiroz Lima (Faculdade de Educação do Campo -
UNIFESSPA)

Profa. Esp. Loide de Souza e Silva (Rede Municipal de Marabá)

MARABÁ

2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me permitir chegar ao final desta jornada, sempre iluminado e fazendo vencer as dificuldades encontradas.

A minha família que sempre me deu o apoio necessário para que conseguisse alcançar esse objetivo.

Aos meus colegas de curso que percorreram todo o caminho junto a mim, buscando assim, superar todos os obstáculos.

Aos professores que se dedicaram ao máximo, orientando e incentivando para eu chegar ao final desta jornada.

A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará que me proporcionou subsídios necessários para concluir toda minha trajetória com êxito.

A desumanização, que não se verifica, apenas, nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. É uma distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos. (FREIRE, 1987, p.16).

RESUMO

Reflete-se sobre os desafios de jovens de comunidades rurais que se deslocam diariamente para áreas urbanas para cursar o ensino médio. Tem-se como empiria a situação de jovens que, em 2019, se encontravam no terceiro ano do ensino médio na Escola Estadual Elza Maria Corrêa Dantas, única escola a ofertar esse nível de ensino no município de São Domingos do Araguaia, que se insere na região sudeste paraense que é resultado de fortes movimentos migratórios, conflitos por terra e constituição de um campesinato marginal. A partir de pesquisas sobre a realidade sócio educacional e atividades de estágio docência (observação / intervenção) no ensino médio, realizadas no percurso formativo do Curso Licenciatura em Educação do Campo na Unifesspa, foi possível sistematizar relatos de jovens sobre os desafios de conciliar trabalho no campo e estudo frente ao deslocamento diário de suas localidades para chegar até a escola, bem como, captar a visão dos jovens apontando aspectos a serem considerados na organização curricular da escola para uma articulação entre escola e trabalho no campo. A fala significativa “No campo não tem escola de ensino médio” precisa ser situada na histórica negação do direito à educação aos trabalhadores, especialmente às populações do campo. A historicidade dessas negações e exclusões se interrelacionam com problemas que impactam diariamente a realidade social desses jovens através da distância entre moradia e escola; dificuldade em conciliar trabalho no campo e estudo; inadequação da organização curricular que desconsidera a realidade social dos jovens do campo, bem como a dinâmica de trabalho no campo. Frente a ruptura entre trabalho e estudo que orienta o modelo oficial de escola, os jovens demandam ensino médio que integre estas dimensões, visto que o trabalho no campo se dá de modo indissociável com a reprodução da vida dessa juventude camponesa.

Palavras-Chaves: Educação do Campo. Juventude rural. Ensino médio. Permanência. Trabalho no campo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. APORTES TEÓRICOS	10
2 CAMINHOS DA PESQUISA	15
2.1 Breve aproximação da E. E. Elza M. C. Dantas	17
3 DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS JOVENS PARA CONCILIAR PERMANÊNCIA NO CAMPO E ESTUDO	20
3.1 Os jovens rurais: herdeiros de um campesinato migrante e marginalizado reivindicam uma escola no e do campo	25
3.2 Principais desafios enfrentados pelos jovens para conciliar a permanência no campo e o estudo	27
4. EXPECTATIVAS DOS JOVENS QUANTO A UNIDADE TRABALHO-ESTUDO NA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA ESCOLA	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	41

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa insere-se no campo de estudos sobre a juventude rural e ensino médio e foca nos desafios enfrentados pelos jovens do campo para cursar essa etapa da educação básica, considerando que esse processo de inclusão e exclusão envolve vários aspectos sociais, econômicos e culturais que afetam os povos do campo e os processos de reprodução social.

O interesse pelo tema em discussão foi se reafirmando no percurso formativo do Curso Licenciatura em Educação do Campo ofertado na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), o qual ingressei em 2016. O curso visa a formação de professores para atuar nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas do campo. A dinâmica do curso possibilita tempos de formação na Universidade (Tempo Universidade), bem como, um conjunto de atividades curriculares realizadas nas localidades de moradia dos estudantes (Tempo Comunidade). Assim, a realização das pesquisas de campo durante o Tempo Comunidade foi evidenciando as lutas dessa juventude junto com seus familiares para permanecer em seus territórios, tendo que se deslocar até a área urbana para cursar o ensino médio.

Por ser também moradora dessa região, nascida na cidade de São João do Araguaia, que faz divisa com o município de São Domingos do Araguaia, conheço as dificuldades que esses alunos enfrentam até a escola. Já trabalhei como professora na área rural e também na urbana. Morei na área rural por mais de 20 anos, mas sempre estudei na área urbana devido à ausência da oferta de ensino em meu local de moradia. O que faz entender que a ausência de escola, em especial de ensino médio no campo, trata-se de uma problemática histórica que precisa ser alterada. Pois, partilhamos da compreensão de que a educação é um direito e contribui na constituição dos seres humanos.

Assim, o **objetivo geral** da pesquisa consiste em refletir sobre os desafios no acesso à escola de ensino médio pelos jovens que permanecem no campo. De modo que, tem-se os seguintes **objetivos específicos**: identificar os principais desafios enfrentados pelos jovens para conciliar a permanência no campo e o estudo; refletir sobre como esses jovens avaliam o ensino médio apontando questões a serem consideradas na sua organização curricular para uma articulação entre escola e demandas dos jovens do campo.

A pesquisa envolveu estudantes de uma turma do 3º ano da Escola Estadual de Ensino Médio Elza Maria Corrêa Dantas, localizada na área urbana do município de São Domingos do Araguaia-PA que fica à margem da BR 153. O foco desta pesquisa são os estudantes da escola que moram em territórios rurais, mas que precisam se deslocar diariamente para estudar na área urbana.

No período de 09 de setembro a 11 de novembro de 2019, foram realizadas etapas de observação em sala a partir das atividades estágio docência no âmbito do percurso formativo do Curso Licenciatura em Educação do Campo (Campus Marabá, Unifesspa) junto à turma de ensino médio na Escola Estadual de Ensino Médio Elza Maria Corrêa Dantas. Além da revisão de literatura, observamos a necessidade de realização de entrevistas complementares ao longo da pesquisa, onde priorizamos um número menor de estudantes, sendo três jovens da escola que narram mais especificamente sobre o contexto em que vivem e o ambiente escolar, trazendo consigo as experiências adquiridas dentro e fora da sala de aula.

Nesse processo, reconhecemos que o pesquisador também se torna um agente participante, pois a pesquisa não é um ato isolado.

O trabalho demonstra aspectos da realidade social desses alunos que optaram em permanecer no campo junto com seus familiares, estes, em sua maioria, integram uma geração que não frequentou a escola, como foi observado a partir de diálogos informais com os estudantes durante as inserções na escola e turma. Aborda ainda, como estes jovens se organizam para acessar a escola.

O estudo sobre as experiências desses jovens articula-se com a produção do Movimento por Uma Educação do Campo e visa subsidiar reflexões sobre políticas públicas a serem implementadas visando a garantia do direito à educação dos povos do campo em seus territórios e considerando suas especificidades.

Os jovens do campo merecem um olhar especial visto que vem valorizando uma cultura que se construiu e constitui uma verdadeira luta pelo reconhecimento do campo como lugar de origem e suas experiências. As abordagens possuem grande valor para a história cultural dos indivíduos, desta forma, os estudantes ao terem contato com esse campo de conhecimento, irão ter visões essenciais para que esta temática cresça dentro das abordagens de pesquisa e para a educação.

Após considerações sobre a metodologia do trabalho e retomado de alguns aportes teóricos, o trabalho encontra-se estruturado em duas seções: a primeira trata dos desafios

enfrentados pelos jovens para conciliar a permanência no campo e o estudo; e a segunda aborda sobre expectativas dos jovens quanto a reorganização curricular da escola visando uma unidade entre trabalho no campo e estudo.

1. APORTES TEÓRICOS

Há inúmeras especificidades a serem consideradas no debate sobre jovens do campo, em geral, especificidades que estão relacionadas à própria dinâmica do campo e a histórica negação de direitos que impactam suas populações. Dentre as quais, destacamos aqui a questão da luta por terra e território, uma vez expropriados de seus territórios, isso impacta diretamente as novas gerações. É nesse debate que situamos a questão da reforma agrária, pois os jovens integram populações que se inserem na luta pela terra e sofrem impactos de uma distribuição desigual de seu acesso (CASTRO, 2012). Esta é uma característica marcante na região sudeste do Pará. De modo que a falta de políticas públicas efetivas e de Reforma Agrária tem afetado a permanência dos jovens no campo.

A luta por reforma agrária e educação, bem como um conjunto de outros direitos sociais, encontram-se articulados no Movimento por Uma Educação do Campo que ganhou visibilidade nacional na década de 1990. Desse modo, a Educação do Campo, situa-se contra o modo de produção capitalista que legitima o latifúndio e expropria os povos do campo de seus territórios.

Ainda que a Educação do Campo se mantenha no estrito espaço da luta por políticas públicas, suas relações constitutivas a vinculam estruturalmente ao movimento das contradições do âmbito da Questão agrária, de projetos de agricultura ou de produção no campo, de matriz tecnológica, de organização do trabalho no campo e na cidade... E as disputas se acirram ou se expõem ainda mais quando se adentra o debate de conteúdo da política, chegando ao terreno dos objetivos e da concepção de educação, de campo, de sociedade, de humanidade (CALDART, 2012, p. 263).

A reivindicação é por outro campo e por outra educação capaz de valorizar a dimensão do trabalho enquanto constituinte da dimensão humana para além de perspectivas reducionistas que limitam a dimensão do trabalho a mera preparação de mão de obra para atender demandas imediatas do mercado. Por isso, a defesa por um ensino médio capaz de integrar a dimensão da formação humana e a dimensão do trabalho de modo indissociável.

Assim, para melhores de aprender e ensinar junto aos estudantes, escola, comunidade, percebemos que qualquer prática educativa se baseia numa concepção de ser humano, numa visão de mundo num modo de pensar os processos de humanização e formação do ser humano (CALDART, 2010 apud Ribeiro; Anjos, 2016, p.75).

O que nos faz recordar as reflexões de Ciavatta e Ramos ao discutir a relação entre trabalho e ensino médio na perspectiva do ensino médio integrado:

Da sua forma transitiva – integrar algo a outra coisa, neste caso, o ensino médio à educação profissional –, essa ampliação conceitual levou à utilização do verbo na forma intransitiva. Ou seja, não se trata somente de integrar um a outro na forma, mas sim, de se constituir o ensino médio como um processo formativo que integre as dimensões estruturantes da vida, trabalho, ciência e cultura, abre novas perspectivas de vida para os jovens e concorra para a superação das desigualdades entre as classes sociais. (CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 308).

Há uma intensa disputa em torno das finalidades da educação e, no caso aqui, das finalidades do ensino médio que expressam contradições da sociedade de classes, que se intensifica na lógica capitalista. Assim, é válido ressaltar que a juventude e suas famílias no campo são diretamente afetados pela desigualdade social. Isso não é um fenômeno novo, vem se desenvolvendo historicamente.

Os trabalhadores do campo se organizam em coletivos para reivindicar direitos básicos, como educação, saúde, saneamento básico, água potável e energia, visto que, os mesmos possuem esses direitos como quaisquer outros indivíduos. Conforme Molina (2008, p. 28), “[...] o que se busca não é somente a igualdade de acesso ‘tolerada’, mas fundamentalmente a igualdade de resultados”, a população que reside no campo é esquecida, desse modo, os mesmos são obrigados a buscar por meio de movimentos sociais um reconhecimento diante da sociedade.

Freire (1987) afirma que:

A desumanização, que não se verifica, apenas, nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. É uma distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a

desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos. (FREIRE, 1987, p.16).

Neste sentido, organizados em coletivos, os trabalhadores buscam a garantia do direito à educação com valorização de seus conhecimentos para fortalecer processos de criação e recriação da diversidade das suas vidas. Dessa forma, teremos os camponeses e o próprio campo orgulhosos dos seus modos de vida, costumes e tradições culturais (HAGE; LIMA; SOUZA, 2017, p. 09). Os movimentos sociais do campo podem ser compreendidos como expressão de lutas contra desigualdades sociais.

O modelo atual de ensino ainda não corresponde de fato ao cotidiano dos jovens do campo, tendo que adaptar-se ao modelo curricular urbano que traz conteúdos curriculares generalistas e homogêneos. Há que se denunciar o silenciamento quanto a sua não vinculação com a realidade social dos povos do campo e sua relação com as temáticas nacionais e internacionais.

Essa conquista está no âmbito da legislação educacional brasileira, a exemplo das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, mas precisa ser efetivada. Ainda persiste a realidade de ausência de escola nos territórios dos povos do campo, especialmente o ensino médio. Os estudantes da área rural têm que sair para estudar na cidade, o campo perde força, perde investimento. Segundo (Caldart 2010), o avanço da luta camponesa pela educação básica é cultural, o campo incorpora em si uma visão que é um verdadeiro desafio, sair do campo para continuar na escola, ou continuar no campo para ter direito a escola. Isso acaba excluindo os jovens da escola, uma situação social, que é um dos desdobramentos perversos para o desenvolvimento do campo e acaba se tornando uma espécie de bloqueio cultural que impede o seu enfrentamento efetivo por quem tem direito.

Segundo Derli Casali:

Cabe à Educação do Campo se afirmar como um instrumento de não ver o campo somente como um território geográfico, como um espaço físico, mas, acima de tudo, como território humano, cultura, onde se cultivam valores, gente que pensa a partir de sua realidade e de seus sentimentos. Um campo feito de agronegócio, de máquinas pesadas, de fanfarras, sem diversidades, cheio de produtos sem cheiro de mato, de calor humano, sem feição de roça, é um campo morto (CASALI, 2016, p. 1).

Nesse sentido, a área do agricultor e de suas gerações é um território de pessoas que têm contato direto com a terra, histórias, raízes, heranças e crenças próprias do campo.

Ser representado pela sua cultura, seu lugar de origem, contribui no processo de permanência das novas gerações no campo. É preciso destacar que as reivindicações da juventude rural não se dissociam de processos históricos de reivindicações dos trabalhadores, como destaca Castro (2010):

É evidente que os problemas enfrentados pelos jovens, afeta a produção familiar, atingindo principalmente o jovem do campo. [...] No contexto de transformação social da própria realidade do campo, é o acesso permanente à educação pública com conteúdo teórico-pedagógico que dialogue com a realidade do campo. [...] Sobre a educação dos assentamentos no Brasil, a maioria só tem até o nível fundamental, dos que estudam, 40% a escola está localizada a mais de 15km de suas residências. [...] Apesar desse quadro lamentável, a escolarização aparece como muito valorizada, e para a qual a educação do campo tornou-se uma questão estratégica (CASTRO, 2010, p. 400-442).

O modelo de escola que recebe estes jovens do campo ignora a sua realidade social, histórica e cultural, o que demanda outras políticas e práticas curriculares orientadas no respeito às suas diferenças, como afirma Freire:

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela - saberes socialmente construídos na prática comunitária - mas também [...] discutir com os alunos a razão de ser desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos [...] porque não estabelecer necessária "intimidade" entre os saberes curriculares fundamentais a que os alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? (FREIRE, 1996, p.15)

O processo de aprendizagem pode se tornar mais interessante, mais produtivo desde que as diferenças sejam consideradas na organização curricular e pedagógica da escola.

A realidade vivenciada pelos camponeses é marcada por desigualdades sociais que afetam diretamente seus direitos quanto ao acesso a serviços sociais básicos (moradia; trabalho; o direito de ir e vir - estrada, transporte; saúde; educação; comunicação, dentre outros) faz com que muitos sejam expulsos do meio rural indo para as favelas dos núcleos urbanos. Isso não é natural. É uma realidade produzida historicamente resultante de desigualdades sociais, configurando uma dinâmica de expulsão dos povos do campo de seus territórios.

Percebe-se que, para mudar os fatores de expulsão dos jovens do campo, é preciso criar as condições adequadas à uma existência digna, sendo importante investir na melhoria das condições de vida desses jovens. O campo precisa ser entendido como sendo um espaço de vida, com esportes, lazer, internet, cultura, educação, acesso a meios de comunicação, onde o jovem do campo tenha todos os benefícios necessários ao seu desenvolvimento pleno, como destacou Giacomelli (2015) ao realizar um estudo sobre a questão da permanência de jovens rurais do oeste de Santa Catarina. Em geral, esses jovens são vistos como meros agricultores, invisibilizando a capacidade de aprendizagem educacional e os valores que se opõe a vida da cidade. Nesse sentido, Arroyo destaca que

Os conceitos que inspiram toda empreitada educacional em nossa história são repensados e redefinidos quando os educandos – crianças, adolescentes, jovens-adultos – são os Outros, na medida em que não foram nem são incluídos nas concepções de humanidade, de cidadania, de racionalidade, de cultura, de conhecimento, de cientificidade, de ensino-aprendizagem tidos como parâmetros dos currículos. Na história da nossa educação, essas concepções-parâmetros das diretrizes curriculares e dos processos de educação têm operado como parâmetros de medida, de classificação dos coletivos sociais, étnicos, raciais, de gênero, campo, periferias, regiões. Na medida em que as diretrizes curriculares assumem como norteadores esses conceitos e parâmetros de medida e de classificação social construídos tendo como referentes ideais o Nós e não os Outros, estes têm sido classificados, a partir desses parâmetros, como pré-cidadãos, pré-humanos, pré-rationais, pré-civilizados, pré-modernos (ARROYO, 2014, p. 62 a 63).

Corroborar-se com a compreensão, ainda, que a sociedade não trate com preconceito os jovens do campo que vem estudar na cidade por falta de escolas em suas comunidades. Estes jovens agricultores desenvolvem atividades fundamentais e atuam diretamente na produção de alimentos (GIACOMELLI, 2015), o que é imprescindível para a existência humana. Mas, é preciso que além de produtores de alimentos disponham de condições para desenvolver plenamente sua capacidade intelectual, política e diretiva, nesse sentido o acesso e permanência à educação escolar não pode ser negado. No entanto, em geral, não há escolas no campo em quantidade suficiente para atender a demanda da educação básica. Essa ausência é ainda mais gritante quando se trata do ensino médio, última etapa da educação básica.

Giacomelli (2015, p. 46) finaliza:

A educação nas escolas rurais, da mesma forma que os centros urbanos, devem conter creches e escolas com estrutura, profissionais capacitados, material didático, internet, laboratório de informática, aulas extras para alunos com dificuldades de aprendizados, enfim o

ensino deve ser das séries iniciais até o ensino médio, além de transporte gratuito. Cursos técnicos e profissionalizantes ainda podem ser inseridos nesse contexto, pois muitos destes podem ser aproveitados na agricultura além de capacitar o agricultor e seus familiares no desenvolvimento das atividades e diminuir custos, pois sabemos que o custo para um profissional se deslocar até uma propriedade, somado ao diagnóstico da situação, torna-se custoso, sendo que ele mesmo pode ter a capacidade de fazer.

2 CAMINHOS DA PESQUISA

Para a execução deste trabalho retomei as pesquisas realizadas durante os Tempos Comunidade que integram o percurso formativo do Curso Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Devido aos limites deste trabalho, foquei nas duas primeiras pesquisas socioeducacionais que valorizaram a história de vida dos povos das comunidades que contam suas trajetórias para uma permanência em seus territórios e, especialmente as duas últimas etapas que envolveram o estágio docência no ensino médio¹.

Nas primeiras etapas das pesquisas, ouvimos relatos dos moradores, como vivem, como produzem sua existência material, o trabalho no campo por família ou coletivo. Conhecer os indivíduos através das suas histórias de vida traz uma autenticidade baseada em um relacionamento direto com o campo e seus conflitos reais. Assim, em 2016, as atividades de pesquisa consistiram em conhecer a comunidade onde moravam os estudantes do curso de formação de professores, como se originou, as conquistas coletivas da comunidade. Dentre as quais, uma das conquistas mais importantes foi a implantação de uma escola, para que seus moradores, principalmente as crianças, estudassem na própria comunidade.

O período de estágio docência ocorreu entre os dias 09 de setembro a 11 de novembro de 2019, na turma do 3º ano “A”. Onde foi possível observar aspectos da vida socioeducacional desses jovens. Respeitando suas memórias e experiências, pois toda pesquisa é uma construção social de uma comunidade, onde se entrecruzam o tempo e o espaço, sempre definido pelas ações humanas. Como bem destaca Arroyo, (2014, p.158) “esses jovens-adultos trazem experiências sociais, raciais, de gênero, de trabalho e de

¹ Para uma melhor compreensão da organização curricular do curso de Licenciatura em Educação do Campo, ofertado na Faculdade de Educação do Campo / Unifesspa, ver seu Projeto Político Pedagógico.

sobrevivência dramáticas, de percursos escolares tensos. Trazem às escolas histórias de lutas por direitos ao trabalho, à moradia, a um viver digno e justo”.

Assim nos trouxe algumas problemáticas que norteiam o processo de construção da pesquisa atual realizada na Escola Estadual Elza Maria Corrêa Dantas com a turma do 3º ano. A escola fica localizada na área urbana com uma distância entre 30 a 50 km das áreas rurais de onde vem os estudantes inseridos nesta pesquisa.

As aulas acompanhadas permitiram enxergar novos horizontes acerca da temática que aborda a juventude do campo, visões estas, que possibilitam a valorização das comunidades rurais, neste sentido, a escola também possui um papel fundamental nesta questão, pois, esta deve oferecer subsídio necessário para que o campo educacional apresente a diversidade cultural e ressalte as diferenças histórias presentes na comunidade escolar. E ainda, apontou a necessidade de realização de entrevista complementares sobre a temática da pesquisa. Estas envolveram três jovens que foram identificados no texto com letras do alfabeto, sendo: FS (sexo feminino, 17 anos); ES (masculino, 19 anos); e JR (masculino, 17 anos).

Quadro 1. Jovens inseridos na pesquisa

Jovem estudante	Idade	Sexo	Localidade de Moradia	Período(s) da realização da entrevista (1º momento)	Entrevistas complementares
ES	19 anos	M	Vila Brasispanha	04 a 09/10/19	01 a 10/02/22
FS	17 anos	F	Vila Metade	04 a 12/10/19	01 a 10/02/22
JR	17 anos	M	Vila Metade	04 a 21/10/19	01 a 10/02/22

Fonte: Pesquisa de campo, 2019; 2022.

O desenvolvimento da pesquisa seguiu o movimento proposto no curso da Licenciatura em Educação do Campo (UNIFESSPA) que tem como uma de suas principais inspirações o pensamento freiriano. Parte, portanto, do estudo da realidade social; busca identificar situações limites que impactam os sujeitos; selecionam-se as situações limites a serem problematizadas e mobiliza-se os conhecimentos científicos na reflexão destas temáticas. Assim, organizei dois principais eixos temáticos para orientar a organização e análise do material: o primeiro trata dos desafios enfrentados pelos jovens que moram no

campo para acessar o ensino médio; e o segundo aborda possibilidades para se repensar a oferta e organização curricular do ensino médio.

2.1 Breve aproximação da E. E. Elza M. C. Dantas

Como já mencionado, a pesquisa tem como lócus a Escola Estadual Elza Maria Corrêa Dantas, situada no município de São Domingos, estado do Pará. São Domingos do Araguaia fazia parte do município de São João do Araguaia e foi emancipado em 27 de dezembro de 1991, com uma área de 1398,559 km². Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e Prefeitura Municipal (2020), atualmente possui uma população estimada em 25.753 habitantes, sendo uma das regiões que predomina a agropecuária, a atividade extrativista do coco babaçu, hortaliças, agricultura e a produção de leite.

Para retomar o histórico da escola optei por mobilizar, neste trabalho duas fontes: o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Elza Maria Corrêa Dantas (PPP, 2018) e o artigo realizado pelo professor Walteir Martins de Sousa (1995) intitulado “Processo de Construção e Formação Elza Maria Corrêa Dantas”. Como pode ser observado nos fragmentos abaixo:

A Escola Estadual de Ensino Médio Prof.^a Elza Maria Corrêa Dantas foi fundada em 08 de março de 1991. Localizada às margens da BR 230, especificamente à travessa Alacid Nunes, Qd. Especial, Bairro Novo São Domingos, na Cidade de São Domingos do Araguaia, CEP 68.520.000, com uma área de aproximadamente 8100 metros quadrados. Tendo como Unidade mantenedora a Secretaria Executiva de Estado de Educação do Pará- SEDUC, contemplada pelos recursos financeiros federais: Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE e PDE, destinados a suprir as necessidades básicas da escola, através de parcelas anuais, administrados pelo Conselho Escolar e pela equipe gestora da escola (PPP, 2018).

Nesse sentido, Souza (1995) diz que a construção da escola se deu inteiramente pelo recurso federal, tendo a SEDUC como órgão que mantém a escola em funcionamento em termos financeiros. Mas atualmente têm os transportes escolares que trazem os alunos da área rural, que é mantido pela prefeitura municipal de São Domingos do Araguaia.

Segundo alguns professores que vivenciaram tal período, a escola em questão foi construída em um prazo de mais ou menos seis meses, sendo inaugurada no ano de 1991. Para que essa inauguração ocorresse, mesmo após o início do ano letivo, os professores que iriam trabalhar nessa escola

saíram matriculando crianças para o ensino fundamental, principalmente aqueles de 1ª a 4ª série que iriam estudar no período diurno (SOUSA, 1995).

Pela superlotação de alunos na Escola José Luís Cláudio, foram transferidos para a nova escola, num esforço coletivo dos professores, formando as novas turmas do ensino fundamental ao nível médio. No período de 1991 a 2010 a escola Elza Dantas atendia os níveis fundamental e médio.

Para que o turno noturno viesse a funcionar, as turmas da Escola Estadual de Ensino Fundamental José Luiz Claudio que funcionavam na parte da noite (5ª a 8ª série), foram transferidas para o Elza Dantas, inclusive os professores que ministravam as aulas nessas turmas. No entanto, tínhamos que fazer funcionar o chamado 2º grau também. A solução encontrada foi levar para a escola as turmas do Sistema Modular (SOUSA, 1995).

Quanto ao nome da escola que já estava definido pela Seduc, homenageando uma funcionária da entidade, a comunidade de São Domingos e nem os professores participaram das decisões internas da construção da escola. Tendo o estado como a autoridade majoritária nas decisões. Mas comentários entre o corpo docente da escola sobre o nome da escola ficaram somente entre eles. Partilham da ideia de que seria bom a própria comunidade escolher o nome da escola, homenageando um morador que teve grande contribuição na construção de São Domingos do Araguaia.

O nome da escola Elza Maria Correa Dantas deu-se por um fato ocorrido em 1989, quando a Professora Elza Dantas, juntamente com vários outros professores técnicos da Seduc, no cumprimento de missão desta secretaria, o avião em que viajavam veio a sofrer um acidente e todos morreram neste fatídico acidente. [...] sendo esta nomeada como Escola Estadual de Ensino Médio Prof.ª Elza Maria Corrêa Dantas, caracterizando assim um tributo de homenagem e reconhecimento aos serviços prestados em vários cargos que a funcionária exercia dentro da Seduc (PPP, 2018)

Para Sousa (1995) não cabe somente a construção física de uma escola, mas sim, envolvimento de toda comunidade para que sirva e atenda as necessidades de todos os alunos, e também dos docentes. Não basta pensar somente na estrutura, mas num ambiente que seja agradável e que atenda o público alvo, que são os estudantes das áreas urbana e rural. A Escola Elza Maria Correia Dantas, sendo a única escola oferta o nível médio, muitas pessoas ainda não sabem de sua história, porque ela teve o nome de uma pessoa desconhecida pela comunidade e por alguns professores (SOUZA, 1995).

Sendo a única escola da região para atender toda a comunidade das áreas rural e urbana, com mais de 1132 alunos, as turmas dos 1º ano manhã, tarde e noite tem 13 turmas como uma média de 42 alunos, os do 2º ano também pela manhã, tarde e noite com 8 turmas e média de 36 alunos e as turmas do 3º ano manhã, tarde e noite com 8 turmas com média de 38 alunos por turma, e para que os alunos com idades distorcidas das séries o Projeto Mundiari funcionou na escola de 2015 a 2018.

Inicialmente a escola ofertava as seguintes modalidades de ensino: 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental e Ensino Médio – Magistério. Atualmente, com a municipalização do ensino Fundamental, a escola atende apenas o Ensino Médio, com uma demanda de 530 alunos na 1ª Série, 330 alunos na 2ª Série e 272 alunos na 3ª Série, totalizando 1132 alunos no ano letivo 2018, distribuídos em 25 turmas, nos três turnos, a saber: manhã, tarde e noite. No turno da noite funciona uma turma do Programa Mundiari com um quantitativo de 70 alunos. Destacamos que parte dessa clientela é advinda da zona rural, especialmente os estudantes dos turnos tarde e noite, por esse motivo há necessidade de utilização do transporte escolar, que é mantido pela Prefeitura Municipal em parceria com o governo do estado, através do convênio PNAE, que é firmado. Informações retiradas do Projeto Político Pedagógico PPP. (PPP, 2018)

O Projeto Mundiari vem se apresentando num primeiro momento como uma grande novidade para reduzir nas escolas a distorção de idade, como pode ser observado nas divulgações oficiais da Seduc:

O Mundiari é uma proposta pedagógica de aceleração da aprendizagem e correção de fluxo escolar desenvolvida nas escolas estaduais, em parceria com Fundação Roberto Marinho, o qual possibilita a escolarização dos estudantes em distorção idade-ano do Ensino Fundamental e do Médio em menor tempo, por meio da Metodologia Telessala. [...] Os estudantes atendidos pelo projeto são do 6º e 7º anos do Ensino Fundamental, matriculados na rede estadual com idade a partir de 13 anos e do 1º ano do Ensino Médio, matriculados na rede a partir de 17 anos. ([Projeto Mundiari promove formação com gestores da Seduc em Belém \(agenciapara.com.br\)](http://agenciapara.com.br) Acesso aos 25 fev. 2022.)

O Projeto Mundiari é o Telecurso 2000 da Fundação Roberto Marinho implantado nas escolas públicas e constitui-se numa parceria público-privada. Além do conteúdo homogêneo,

reduz drasticamente o quantitativo de professores atuando na escola. Eles passam a ser unidocentes, de modo que há inúmeras críticas e ressalvas à implantação do projeto nas escolas públicas. Assim, destacamos a necessidade de estudo específico sobre o Projeto Mundial na escola Elza Maria Correa Dantas, em São Domingos-PA. O que não será possível neste trabalho.

3 DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS JOVENS PARA CONCILIAR PERMANÊNCIA NO CAMPO E ESTUDO

A turma do 3º ano de ensino médio inserida na pesquisa, ofertada no período vespertino, é formada por um total de 35 estudantes, sendo 25 meninas e 10 meninos, que se encontram, entre a faixa etária de 15 a 19 anos de idade. Dos 35 alunos, 18 destes são moradores do campo e se deslocam diariamente entre 30 a 50km para chegar até a escola de ensino médio. Dois destes estudantes vêm de moto e os outros 16 vêm no ônibus escolar .

Figura 1: Mapa feito pelo motorista PS, 57 anos, mostra o percurso para ir buscar os alunos saindo de São Domingos do Araguaia até chegar na última parada que fica na Vicinal Brasipanha com um total de 74 km ida e volta.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Observamos que na escola, as salas se apresentam em boas condições de uso e boa disposição dos estudantes no espaço físico. Retiraram as cadeiras que estavam quebradas e que ocupavam os espaços nas salas, ficando assim um ambiente bem melhor para a circulação dos alunos.

A atividade de observação se deu durante a disciplina de Língua Portuguesa no período de 09 de setembro a 11 de novembro de 2019, sendo ministrada pela professora SC, 49 anos, a qual tem graduação em letras pela Universidade da Amazônia (UNAMA) e atua na área da educação em sala de aula há 26 anos, sendo efetiva. Durante as aulas, a professora além de calma, mantinha um ótimo relacionamento com os alunos e, os mesmos correspondiam com muita simpatia.

O horário das aulas era de 13h30min às 18h00min. Eu chegava na sala antes dos alunos para conversar com a professora responsável. Olhando seu material didático,

comparando as notas individuais, a participação de cada aluno, em especial, os que vêm da área rural, a professora destaca que desde o 1º ano acompanha a mesma turma, são alunos dedicados e que se esforçam para alcançar boas notas e passar de ano sem retenção.

Figura 2- Estudantes da turma do 3º ano A da escola Elza Mª Corrêa Dantas



Fonte: Lenice dos Santos e Francilene Pereira, 2019

Conversando com a professora sobre a turma, ela comentou que os alunos que vêm da área rural levantam muito cedo, às vezes às 4 da manhã para tirar leite, depois vão trabalhar em outras atividades do dia a dia com os pais, com isso, mesmo que se cansem, sua presença em sala é de 90% de frequência.

A educação em sala de aula transmite uma realidade ainda longe do campo, olhando ao redor fica fácil identificar que o currículo da escola é sempre voltado para a cidade, mas nem por isso os alunos desistem de estudar, de compreender o que está sendo ensinado.

Quanto ao uso do livro didático em sala de aula, foi possível observar que este, muitas vezes, é o único recurso didático disponível para subsidiar as atividades, de modo que nem sempre a instituição de ensino dispõe de material suficiente para a demanda de estudantes e isso dificulta o trabalho do professor.

Mesmo com a pouca disponibilidade de material de didático, os estudantes possuem um bom desempenho na leitura e conseguem compreender os textos trabalhados pelo professor em sala de aula, desse modo, os poucos livros que a escola recebe são bem cuidados

pelos discentes, e passa a ser um auxiliador no processo de ensino, conforme mostra a figura 3.

Figura 3- Aluna Praticando a Leitura em sala de aula



Fonte: Lenice dos Santos e Francilene Pereira 2019

Mesmo a escola não dispondo de materiais suficientes, o professor procura amenizar a situação e desenvolve estratégias para inserir a juventude do campo, utilizando dinâmicas de grupo para envolver os estudantes utilizando dinâmicas de grupo para trabalhar o respeito às diferenças e estimular os jovens a buscar o conhecimento, neste sentido, o professor é fundamental para auxiliar o educando.

No período do estágio docência (observação) em sala de aula na turma do 3º “A” da escola Elza Mª Corrêa Dantas, juntamente com a professora regente, foi possível realizar várias atividades envolvendo leitura e escrita, o que subsidiou nossas primeiras impressões quanto a situação da leitura e escrita de cada estudante. Sistematizamos essas impressões quanto à leitura dos estudantes na Figura 4.

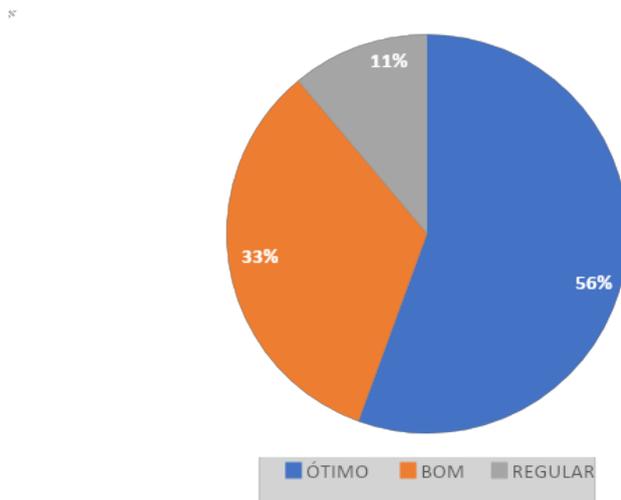


Figura 4. Desempenho de Leitura dos Alunos

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

A sala de aula acompanhada de 18 alunos da área rural, de modo que 56% demonstram um ótimo domínio de leitura, 33% apresenta um bom resultado e 11% estão avaliados como regular, desta maneira, o índice de desenvolvimento dos educandos é considerado positivo, entretanto, alguns ainda ficam envergonhados no momento de compartilhar leitura com os demais alunos.

Pela observação foi possível identificar que alguns estudantes se sentem envergonhados ou tímidos para leitura, desse modo, o professor busca ajudar os educandos que apresentam dificuldades de socialização com a turma.

Os resultados expostos no gráfico acima, demonstram que apesar da escola não apresentar uma grade curricular que engloba a cultura e as especificidades da juventude do campo, os professores buscam minimizar este impasse e incentivar os educandos para obterem o ensino.

Os jovens do campo da turma acompanhada são bem atentos nas aulas, estes conseguem realizar as atividades propostas pelos professores com poucas dificuldades. A professora instiga os educandos a pesquisar e questionar os assuntos trabalhados na aula.

Os alunos vindos da área rural passam por constantes dificuldades para chegarem na sala de aula, visto que, estes se deslocam diariamente percorrendo um trajeto que chega a cerca de 30 a 50 km de distância da escola onde estudam, deste modo, o transporte escolar do qual os discentes são dependentes, por muitas vezes quebra no decorrer do trajeto e, isso faz com que os alunos procurem uma outra forma de chegar até a instituição de ensino. O que

também pode ser compreendido como expressão das precárias condições as quais as famílias são submetidas nos territórios rurais, desprovidas de políticas públicas, essa realidade reflete a situação da maioria dos assentamentos rurais, comunidades e vilas e situa-se na própria dinâmica territorial da região.

3.1 Os jovens rurais: herdeiros de um campesinato migrante e marginalizado reivindicam uma escola no e do campo

Os problemas sociais da atualidade que afetam as juventudes situam-se num contexto mais amplo e historicamente produzido como destaca Dayrell e Jesus:

[...]. Em um nível mais amplo, temos de considerar que, quando cada um desses jovens nasceu, inseriu-se numa sociedade que já tinha uma existência prévia, histórica, cuja estrutura não dependia desse sujeito, portanto, não foi produzida por ele. São as macroestruturas que vão apontar, a princípio, um leque mais ou menos definido de opções em relação a um destino social, seus padrões de comportamento, seu nível de acesso aos bens culturais etc. e que vão definir as experiências a que cada um dos jovens adolescentes teve e tem acesso. Assim, a idade, o gênero, a raça, o fato de serem filhos, na sua maioria, de trabalhadores desqualificados, grande parte dos quais com pouca escolaridade, entre outros aspectos, são dimensões que vão interferir na trajetória escolar de cada um deles (DAYRELL; JESUS, 2016, p.409)

Observamos que a maioria dos jovens que cursam o ensino médio na escola Elza Maria Correia Dantas nasceu no estado do Pará, sendo filhos do processo de migração que seus pais realizaram quando vieram para essa região em busca de melhores condições de vida, como demonstra relatos dos três jovens que participaram diretamente da pesquisa:

ES: Nós viemos de São Geraldo do Araguaia, morar aqui em São Domingos, meu pai veio em busca de trabalho e nós viemos com ele, é sempre em busca de trabalho.

FS: Nos mudamos de São Geraldo do Araguaia para a Vila Metade, eu tinha apenas 4 anos, morei quase 12 anos na via, quando meu pai decidiu ir morar no campo, que fica no PA Sol Nascente, onde residimos atualmente.

JR: Eu já nasci no campo, na comunidade da Vila Metade, mas meus pais vieram da cidade de Jacundá-PA. Vieram por questões econômicas, na cidade tava difícil conseguir emprego e só meu pai trabalhava, e meu tio chamou meu pai para morar aqui na zona rural do município de São Domingos, e até hoje deu certo.

É possível observar que a dinâmica de migração das famílias para essa região do sudeste do Pará reflete problemas sociais que impactam diretamente essas famílias desprovidas de terra, trabalho e condições básicas para prover sua existência, como pode ser observado nos relatos dos jovens ao interrogarmos sobre o motivo da migração:

ES: É sempre em busca de trabalho, de melhoria de vida, em busca de terra pra plantar.

FS: Viemos em busca de uma vida mais estável, como meu pai é camponês, vivemos da agricultura.

JR: Principalmente por questões financeiras, e por saber que aqui na cidade tinha umas terras boas que estava sendo dividida pelo governo eu acho, assim já ouvir falar aqui por casa.

A vinda para a região sudeste do Pará deu-se num contexto de uma forte onda migratória estimulada por uma política governamental de que a região dispunha de terras (PEREIRA, 2007), as famílias migraram em busca de oportunidade de terra, moradia e trabalho.

Apesar dos inúmeros desafios, muitas dessas famílias permaneceram como agricultores, como expressam os jovens inseridos na pesquisa ao explicar sobre o trabalho mais praticado em sua família atualmente:

ES: É trabalho da roça, limpar, plantar colher, as vezes trabalhar diárias para os outros, é assim que nós vivemos.

FS: A comercialização de bananas, vendemos para outras cidades como: Marabá, Parauapebas e Imperatriz e também a venda do leite.

JR: Aqui na nossa roça plantamos mandioca para fazer farinha, vendemos aqui na Vila e na cidade, ainda temos uma plantação de banana e abóbora, meu pai já tem pra quem vender, pois os compradores sempre fazem suas encomendas. Até onde eu conheço aqui na Vila os agricultores também plantam bananas e entregam leite.

Esses jovens manifestam ainda uma forte relação com a vida no campo. Ao serem interrogados se gostam de morar no campo evidenciam aspectos que valorizam como a relação com a família, o contato direto com a terra, dispor de alimentos frescos, dentre outros. O que expressa que dão importância ao modo de vida no campo.

ES: Sim, muito, não pretendo ir embora daqui.

FS: Sim, aqui tenho a pureza do campo, ajudo meus pais, tenho uma alimentação saudável, produzimos nossos alimentos, sempre em contato com nossos vizinhos.

JR: Sim, aqui é muito tranquilo, gosto da terra da natureza, não preciso morar na cidade para ter uma vida melhor, posso dizer que minha condição aqui é bem melhor do que algumas pessoas da cidade.

3.2 Principais desafios enfrentados pelos jovens para conciliar a permanência no campo e o estudo

Apesar de apreciarem a vida no campo, esses jovens enfrentam inúmeros desafios especialmente para conciliar a permanência no campo com o estudo. Pois o direito à educação insere-se dentre um conjunto de direitos sociais básicos, mas historicamente negados aos trabalhadores, e de forma mais intensa, às populações do campo.

Vários apontamentos estão em questão quando se trata de continuar no campo: o tempo, a exaustão com o trabalho, condições físicas e financeiras, a questão da renda ainda permanece um forte fator de desigualdade social, que se explicita na exclusão escolar dos jovens. Nesse sentido, ao serem interrogados sobre quais os principais desafios de permanecer no campo e continuar estudando os jovens destacam:

ES: Olha professora, a dificuldade maior é que temos que trabalhar e estudar, isso se torna cansativo. Quando estuda a tarde, temos que acordar muito pra ir pra roça, quando chega a hora de ir pra escola, já não tenho mais ânimo, cansado...

FS: E conseguir aliar as duas tarefas, separar os momentos voltados para o estudo e para a jornada profissional, assim, não se perde o foco e não se deixa acumular tarefa, a ponto de chegar a exaustão.

JR: O que dificulta é a perda de tempo que levamos para chegar até a escola, fica pouco tempo para estudar e também para trabalhar, precisamos acordar bem cedo para deixar o trabalho feito na roça, não é fácil, mesmo com muito cansaço dessa rotina diária está dando certo.

A rotina que o jovem do campo tem em estudar e trabalhar não é fácil, ter o tempo para as atividades escolares, ter uma vida pessoal. Essa realidade é mais do que comum entre eles, tanto para o estudo quanto para o trabalho. Para essa população, trabalho e estudo fazem

parte da rotina, no entanto, essa dinâmica fica bem mais complexa quando são expressivas as distâncias entre local de moradia e escola.

ES: Não! É muito difícil essa conciliação, trabalhar e estudar é algo complicado, como trabalho na roça, canso muito, sem ânimo pra nada. A vida na roça é difícil.

FS: Sim, se tiver objetivos claros e uma organização, conciliar os pode ser uma experiência enriquecedora.

JR: As vezes não, deixo de fazer algumas tarefas na roça para não faltar nas aulas, e trabalhar e estudar é algo complicado, fico muito cansado pois é um trabalho pesado, mas consigo me sair bem, até porque meus pais dão mais prioridade para nossos estudos.

Os jovens assumem uma responsabilidade junto à família nos trabalhos agrícolas, tarefas domésticas, dentre outras atividades. No entanto, nem tudo que é passado como tarefa é considerado socialmente como trabalho. Provocamos os jovens a se manifestarem sobre como definem a atividade que realizam “trabalho ou ajuda”, visto que este assunto havia orientado uma das atividades em sala de aula durante o estágio docência e ainda comentam sobre a relação trabalho e estudo. Diante da provocação os jovens expõem:

[LS: Trabalho familiar ou informal, sempre é dito com somente “ajuda“, para você o que seria essa forma de atividade, ela poderia atrapalhar na sua educação escolar?]

ES: Eu considero trabalho como trabalho, independente de que seja essa forma de trabalho. Se eu pudesse, eu só estudava, qualquer forma de trabalho atrapalha sempre os estudos.

FS: Sim, sempre as tarefas de casa nunca são vistas como trabalho, pois todo é aquele que se faz e recebe por ele, mesmo assim realizando essas não atrapalham nos meus estudos.

JR: Considero tudo que faço como trabalho, sem minha participação nas tarefas no campo meu pai não dá conta sozinho. Mas isso não atrapalha meus estudos, fazer as duas coisas não me impede de aprender tudo que faço, seja na escola ou na roça.

Apesar de nem sempre ser socialmente reconhecida, os jovens caracterizam a atividade que realizam como trabalho, sendo este um aspecto comum entre eles. Dentre os três jovens, dois deles destacam que o trabalho que realizam no lote não atrapalha os estudos. Cada resposta apresenta também especificidades.

O jovem ES apresenta o trabalho como negativo, o que reforça sua separação com o estudo. Como atividades inconciliáveis. O próprio estudo é visto como desprovido da noção de trabalho.

Enquanto a jovem FS destaca que em geral o trabalho doméstico não é valorizado e acrescenta que em geral, são valorizadas somente as atividades remuneradas. Há uma divisão social do trabalho na unidade familiar. No entanto, geralmente a participação das mulheres e jovens é denominada de “ajuda” em oposição ao termo “trabalho” (STROPASOLAS, 2002).

O jovem JR reconhece a importância do trabalho que realiza na unidade familiar expressando maior autonomia na sua realização, e destaca que este trabalho não atrapalha no estudo.

Ao considerarem questões de repetência ou desistência, os jovens entrevistados apontaram a necessidade de sempre passar de ano, pois com os pais vindo de outras regiões sem acesso à escola, vêem a importância de continuar seus estudos também motivados pelos familiares, e principalmente concluir o grau de escolaridade no tempo certo, sem prejuízos futuros para uma boa formação profissional.

Inicialmente, todos os jovens relatam que em sua trajetória escolar, até então não vivenciaram experiência de repetência ou retenção escolar.

LS: Você já repetiu alguma série ou já desistiu? Qual foi o motivo?

ES: Não senhora, me esforço para isso não acontecer.

FS: Não, me dedico o suficiente para não ficar reprovada o ano.

JR: Não, apesar de às vezes eu querer desistir, por conta do cansaço e da distância, faço de tudo para passar de ano, pois seria mais tempo na escola acredito que seria um tempo perdido.

Apesar de não ter vivido a experiência de reprovação escolar, tem-se experiência de interrupção dos estudos. O aluno ES relata que em 2018 não conseguiu concluir o ano letivo e optou em trabalhar na terra de seus pais, ajudando na produção e colheita, mas que sempre procurou e desejou voltar, pois sabia que precisava continuar a estudar para ter novas oportunidades e que em futuro bem próximo ser um agricultor com nível médio até mesmo chegando ao superior. Seus pais não dominam a leitura e escrita e os dois irmãos João Carlos e Sandra estudam o 5º e 6º ano, o mesmo afirma que busca os incentivar a não desistir de estudar. Acrescenta que no ano em que passou sem estudar percebeu que deixou de aprender,

a ter conhecimentos do que acontecia no mundo. Então voltou para escola em 2019 e desde então se esforça a cada dia para conciliar trabalho no campo e estudo.

Reconhecendo a importância do trabalho e do estudo, os jovens desenvolvem algumas estratégias para conciliar a realização de ambas as atividades, assim, buscamos compreender quais estratégias os jovens tentam mobilizar para conciliar trabalho e estudo:

ES: Não sei, talvez trabalhar menos, prestar ainda mais atenção nas aulas, pedir ajuda para os professores e colegas.

FS: Manter o foco, a organização e estabelecer prioridades, adaptá-las aos hábitos diários, distribuindo bem o tempo para o trabalho, estudo e lazer.

JR: Organizar meu tempo, tentar fazer as atividades das aulas no tempo que estou na escola, não acumular o trabalho da roça nem da escola.

A conciliação entre trabalho e estudo não pode ser compreendida como uma responsabilidade exclusiva do estudante, mas envolve inúmeras outras dimensões como a própria organização curricular, por exemplo. Mais um vez fica latente a necessidade de integração entre estudo e trabalho na dinâmica curricular da escola.

A escola é um espaço de aprendizagem sem dúvida, é um conhecimento parcial adquirido sobre essa realidade onde os jovens estão inseridos, resultado de um olhar situado pelo currículo limitado da escola. Embora o conhecimento também seja reconhecido pelos jovens como elemento de diferenciação e formação, os estudantes de escola pública costumam considerar o ensino longe da realidade em que vivem. A escola não abrange as necessidades de uma comunidade como um todo.

Os jovens reconhecem a importância de diferentes tempos e espaços de formação: no trabalho e na escola, de modo que, ocorre processos educativos em ambos. E destacam que há especificidades do que se aprende em cada um desses tempos e espaços.

LS: O que você aprende na escola é suficiente para uma boa formação, inclusive a sua?

ES: Não, tem muitas coisas que aprendo no dia a dia, as coisas da roça mesmo eu não aprendo na escola. Mas a formação/aprendizado é muito importante para o meu dia a dia fora da roça, aprendo a me comunicar com outras pessoas, mexer em celular, banco e etc...

FS: A escola é a primeira fase da formação quando se fala de aprender para ser alguém no futuro, mas só ela não é suficiente, pois, o processo de

aprendizagem continua todos os dias, desde a hora que saio de casa até chegar à escola

JR: Não, eu já sabia ler quando comecei a estudar, então fui fora da escola, entendo que eu aprendo muito, sim mas nunca é o suficiente. Buscar outras formas através da internet, do celular, dos jornais, pois eu gosto muito de assistir.

4. EXPECTATIVAS DOS JOVENS QUANTO A UNIDADE TRABALHO-ESTUDO NA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA ESCOLA

Os jovens apontam necessidades de melhoria da escola, com mais investimentos públicos na mesma, como destacou a jovem FS. Para o jovem ES isso deve envolver alterações na organização curricular da escola, de modo que inclua elementos de sua realidade social. Além de investimento na formação de professores e em materiais didáticos pedagógicos, como pode ser observado nos relatos:

FS: Com certeza, precisa de mais incentivo por parte da política educacional

ES: acredito que sim, eu não estudo sobre as coisas da roça, sobre algo que eu gosto, alguns professores fazem isso, outros não.

JR: Sim, precisa que os professores tenham novos cursos, mais qualificação para dar uma aula mais prazerosa, e também bons materiais didáticos.

Quanto à estrutura da Escola Estadual Elza Maria Corrêa Dantas, os estudantes avaliam que a mesma dispõe de uma estrutura satisfatória.

ES: professora, olha, eu acho que não. A escola tem uma estrutura boa, salas grandes, espaço externo bom.

JR: [...] a escola tem um espaço amplo, nos intervalos ficamos na quadra, pois minha aprendizagem depende muito do meu interesse.

FS: [...] mesmo com professores dedicados, com força de vontade dos alunos, a estrutura tem um papel importante na formação, pois garante conforto e bem estar, não apenas aos alunos, mas para toda comunidade escolar.

Apesar da boa estrutura física apresentada na Escola Elza M. C. Dantas, a longa distância percorrida diariamente pelos estudantes é mencionada em vários momentos como aspecto que dificulta conciliar a vida e trabalho no campo com o estudo, problemática que se

intensifica com a ausência de uma organização curricular que considere a realidade social dos jovens do campo. Tem-se portanto, a ausência física da escola nas comunidades rurais, como ausência / invisibilidade da sua realidade social nas práticas curriculares realizadas na escola.

A estudante FS afirma que o ensino da escola não é suficiente para conseguir novos mecanismos e permanecer no seu território. Neste sentido, a aluna procura buscar conhecimentos fora da sala de aula, com objetivo de aprimorar as técnicas e práticas utilizadas no campo, lugar onde a mesma sempre residiu com seus pais, dessa maneira a discente afirma que cerca de 80% de tudo que é produzido por eles é para consumo e 20% para comercialização na feira do produtor rural em São Domingos do Araguaia.

Na propriedade da aluna FS, sua família utiliza técnicas que foram compartilhadas e compreendidas por eles nas escolas e entidades sociais rurais. Pois, esses alunos, filhos de camponeses adquirem uma leitura mais profunda e conhecimento a ser exercido no seu dia a dia para desenvolver atividades essenciais da terra, conseguindo melhorar a produção, ter resultados positivos nas plantações e manuseio da terra.

FS relata ainda que uma parte da sua terra está sendo recuperada com plantações de árvores nativas de várias espécies, isso graças ao conhecimento e estudos feitos sobre o assunto para que sua propriedade voltasse a ser uma área verde e produtiva. Tudo que ela entende é resultado de participações em palestras e cursos que aprimoram seus saberes, deste modo esses estudos são fundamentais para trabalhar a terra de forma correta, pois é onde produzem sua existência.

Os demais estudantes que residem no campo relatam que suas terras fazem divisas umas com as outras, e os mesmos utilizam dos seus conhecimentos e experiências para auxiliar suas famílias no trabalho na terra. Nas terras destes alunos são produzidos alimentos para consumo e comercialização e com suas famílias exercem muitas atividades no campo.

Almeja-se uma escola de qualidade, com equipamentos necessários, motivando sempre o estudante. Infelizmente, essa ideia de qualidade tem sido reduzida a cobranças por atingir notas máximas, enquanto é invisibilizado tudo aquilo o que o aluno se esforça para fazer e não há efetivo investimento na melhoria dos sistemas de ensino, capaz de alterações em favor dos sujeitos que demandam a escola. É também no professor que os alunos buscam incentivos, principalmente daqueles que tiram suas dúvidas, que estão preocupados se os alunos estão realmente aprendendo.

A constatação da ausência da escola de ensino médio no campo provoca para se pensar sobre qual o motivo dessa ausência?

Pela falta de investimento do governo, muitas comunidades não têm ensino médio. Alegam falta de estudantes, baixa quantidade para a implantação de uma escola, essa ausência de oferta do ensino médio às comunidades negando o direito ao acesso à educação. Ideia de que no campo a demanda de investimento pelas políticas públicas seria inviável e desnecessária. Diante da polêmica, os jovens expressam que:

JR: Por que o governo não investe nesse tipo de escolas, não é viável pra ele que o povo do campo seja um povo pensante, crítico, inteligente e apto para fazer suas próprias escolhas.

FS: Já ouvi de alguns professores é porque as prefeituras acham melhor trazer os alunos para cidade, tem menos gastos e não precisa construir escolas onde nós moramos, e também acho que é pela quantidade de alunos, que são poucos e já tem onde estudar então para os governantes eles acham que assim resolvem nossa situação.

JR: É porque o governo não quer fazer escolas no campo, eles acham que é mais fácil nós ir estudar na cidade, mas aqui tem bastante alunos que dão para ter uma escola sim.

O ensino no campo é direito legal, deixaria de ser um obstáculo para os alunos saírem da sua comunidade para estudar na cidade, principalmente nos períodos de chuva, os transtornos com ônibus quebrados onde também as estradas ficam intransitáveis. E o governo tem mecanismos para tal investimento, mas não o faz. Mesmo que alguns alunos preferem estudar na cidade, eles dizem que é hora de diversão fora do meio rural, mas reconhecem que teriam um ensino de qualidade no campo, pois seu tempo de estudo e trabalho seriam mais aproveitados, como relatam sobre a possibilidade de ter escola de ensino médio no campo, mais próxima do seu local de moradia:

LS: Na sua opinião, como seria se tivesse oferta do ensino médio no campo?

ES: Acredito que o desgaste para nós seria menor. Porque temos que pegar um ônibus pra vir pra cidade estudar, isso torna ainda mais difícil.

FS: Com certeza seria melhor, ficaria mais perto das nossas casas, a dedicação seria mais na escola e nas aulas, envolve muitas coisas, e para mim quanto para os meus colegas seria aprender no espaço em que vivemos e nos dedicar e ter mais tempo para as duas coisas, estudar e trabalhar.

JR: Para mim seria melhor, só o fato de ter que estudar onde moro facilita nossa vida, teria mais vontade de aprender. Se tivesse aulas aqui até os adultos poderiam estudar também, a maioria deles não têm o ensino fundamental completo.

Ao serem provocados a comentar sobre como avaliam a qualidade do ensino oferecido na escola Elza Dantas, os estudantes fazem as seguintes considerações:

ES: o ensino é de boa qualidade, mas eu já falei, eles ensinam as mesmas coisas que os alunos da cidade, eu quero aprender sobre algo do campo, algo que eu gosto de fazer.

FS: Anda longe de ser como desejamos. Parece que a nossa vontade não conta, então aproveitamos o que é passado para nós,

JR: Muito pouco uso o que aprendo aqui na escola em casa, moro no campo mas aprendo coisas da cidade, o ensino não é ruim só falta ter mais investimentos, o professor ajuda a aula ser pelo menos interessante.

Os jovens destacam ainda assuntos/temas que consideram fundamentais para serem trabalhados na escola:

ES: é fundamental que os professores desses professores trabalhem algo do nosso dia a dia, como as coisas da roça, algo que venha nos motivar a querer ficar em sala de aula

FS: Seria necessário a escola ter disciplinas que dialogassem diretamente no campo, assim nós poderíamos usar logo na terra, na plantação, técnicas que pudessem nos ajudar a melhorar o conhecimento do lugar onde vivemos.

JR: Porque ajuda a gente a cuidar melhor da terra, das plantações.

Investimentos em curso que aprimorem tanto os professores quanto os alunos, seja do campo ou da cidade, investir mais nas formações de professores, regularmente ter cursos e palestras, envolvendo o meio rural, uma educação diferenciada para os alunos que são diretamente ao campo.

O mesmo currículo escolar da área urbana orienta as atividades curriculares nas escolas no campo. Nesse sentido, os jovens destacam a necessidade de se repensar os conteúdos curriculares de modo que dialoguem com a realidade do campo. É possível ver ainda a centralidade do trabalho no campo como demanda a ser considerada nas práticas curriculares da escola, como pode ser observado nas narrativas. Nesse sentido, Arroyo reflete que

Construir currículos do Ensino Médio exige dar centralidade ao trabalho, à formação intelectual, cultural, a conhecer os fundamentos científicos dos

processos de produção e do trabalho produtivo, um direito da formação dos jovens-adultos trabalhadores. Conhecer esses processos se contrapõe a um currículo adestrador de competências fragmentárias, seja para o trabalho, seja para passar na diversidade de processos seletivos para o Nível Superior (ARROYO 2014, p 168).

Ao refletirem sobre se a educação escolar contribui ou não na vida da comunidade, os jovens destacam algumas especificidades dos conhecimentos escolares:

LS: A educação escolar contribui na vida da comunidade onde você mora? Comente.

ES: [...] a escola tem me ajudado a desenvolver minha fala em público e minha timidez.

FS: Sim, em primeiro lugar aprender a ler e a escrever, principalmente os adultos que não estudaram na infância nem na adolescência, e eu aprendi muitas coisas através da educação escolar, por exemplo, gosto de estudar on-line, pesquisar como cuidar da terra, interagir melhor com as pessoas, conhecer um mundo além do que o campo oferece. E principalmente usar o que aprendemos aqui mesmo que ainda seja pouco.

JR: A escola só está ensinando para mim o que tem nos livros, estou aprendendo muita coisa, mas acredito que não mudou em nada a minha vida ou das pessoas que moram aqui. Mas não significa que não seja importante estudar, por isso estudo para continuar aqui mesmo na roça.

A educação na vida dos jovens é importante, para que a mesma possa contribuir com o seu desenvolvimento e da comunidade, através da reflexão e conhecimento de problemas enfrentados pelos mesmos.

Para Freire (1987, p. 59) na medida, porém, em que amplia o seu poder de captação e de resposta às sugestões e às questões que partem de seu contorno e aumenta o seu poder de dialogação, não só com o outro homem, mas com o seu mundo, se torna "transitiva". Seus interesses e preocupações, agora, se alongam a esferas mais amplas do que à simples esfera vital. Neste sentido é válido ressaltar que o indivíduo necessita do conhecimento para viver em sociedade, adquirir novas experiências e oportunidades de vida. Educar é um ato político, jovens camponeses incorporam esses conhecimentos para problematizar seus direitos. Desse modo, a educação dos jovens do campo é bem mais ampla.

Diante das observações em sala de aula, foi possível evidenciar que os jovens do campo buscam estudar para “ser alguém na vida” em busca de reconhecimento, pois os mesmos através da educação querem sair da “invisibilidade”, e se tornarem reconhecidos

como alguém, e não serem excluídos da ordem social, mas sim inseridos como jovens do campo com sua identidade da terra e suas próprias características.

Durante a observação em sala de aula os educandos apresentaram muitos sonhos, vontades, questionamentos e preocupações sobre a sua permanência no campo, de modo que suscitou a necessidade de ter essas narrativas de forma mais sistematizada e valorizando as falas dos estudantes. Isso motivou o diálogo com os três discentes que residem no meio rural com o objetivo de analisar seus desafios quanto à permanência no campo e o acesso ao ensino médio.

A educação é um dos caminhos escolhidos pelos jovens que buscam permanecer no campo e ajudar sua família, de modo que, a vida no meio rural não é fácil e necessita de conhecimentos e um conjunto de condições para se desenvolver a vida e o trabalho, possibilitando a permanência das novas gerações na terra.

Mesmo com muitas dificuldades enfrentadas, os jovens necessitam estudar para conseguir melhorar a vida no meio rural, muitos procuram conciliar a vida escolar e atividades rurais, em busca de conseguir novas oportunidades.

Para os alunos da turma do 3º ano A da escola Elza Maria Corrêa Dantas o acesso à é fundamental para pensar melhorias de vida no meio rural e processos de autonomia dos jovens. Como prevê a Constituição Federal do Brasil (1988) em seu artigo 205, a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, bem como, também acentua em seu artigo 206, o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Assim, ainda com base nas atividades realizadas em sala de aula durante o estágio docência, foi possível ainda identificar o percentual de alunos que buscam permanecer no campo pois se identificam com o modo de vida no campo, querem ajudar suas famílias e continuar o trabalho iniciado pelos seus pais em suas terras, conforme demonstra a figura 5 abaixo.

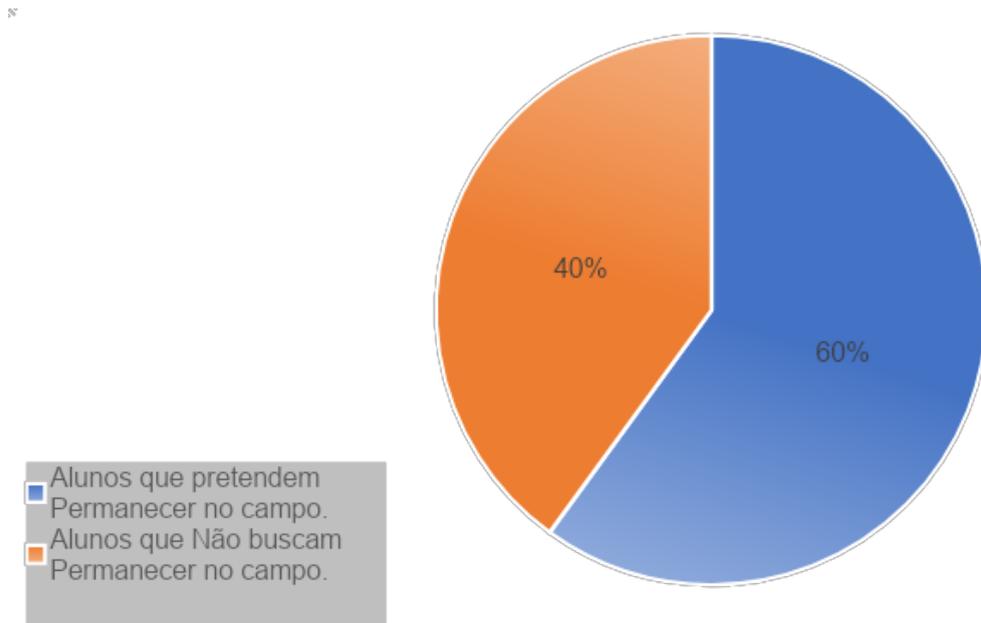


Figura 5- Percentual de Alunos que pretendem permanecer no campo.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Dos 16 alunos que compõem a turma e residem na área rural cerca de 60% pretendem permanecer no campo e ajudar suas famílias na produção de alimentos para consumo e comercialização, além disso os mesmos analisam que a partir da educação e conhecimentos adquiridos na escola eles podem auxiliar e facilitar a vida da comunidade de origem.

Em contrapartida, 40% não buscam continuar em suas terras e enxergam o conhecimento como forma de alcançar novas oportunidades fora do campo, esses jovens acreditam que a vida na cidade oferece liberdade e autonomia, visto que, possui acesso à internet, diversões, festas e trabalho assalariado.

Nesse contexto, ficar e sair são estratégias complementares, pautadas por condições objetivas das famílias de agricultores familiares e pelos significados que estas alternativas oferecem aos jovens, na montagem de seus projetos de vida. (MALAGODI, MARQUES, 2007 p.198)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa intitulada “No Campo não tem Escola de Ensino Médio: Desafios à Permanência da Juventude em seus Territórios” teve o objetivo geral de refletir sobre os

desafios de jovens que permanecem no campo no acesso à escola de ensino médio, e como objetivos específicos: identificar os principais desafios enfrentados pelos jovens para conciliar a permanência no campo e o estudo; refletir sobre como esses jovens avaliam o ensino médio apontando questões a serem consideradas na sua organização curricular para uma articulação entre escola e demandas dos jovens do campo.

A pesquisa foi realizada com a turma do 3º ano A que, em 2019, se encontrava no terceiro ano do ensino médio na Escola Estadual Elza Maria Corrêa Dantas, única escola a ofertar esse nível de ensino no município de São Domingos do Araguaia, que se insere na região sudeste paraense que é resultado de fortes movimentos migratórios, conflitos por terra e constituição de um campesinato marginal.

A partir de pesquisas sobre a realidade sócio educacional e atividades de estágio docência (observação / intervenção) no ensino médio, realizadas no percurso formativo do Curso Licenciatura em Educação do Campo na Unifesspa, foi possível sistematizar narrativas de jovens sobre os desafios de conciliar trabalho no campo e estudo frente ao deslocamento diário de suas localidades para chegar até a escola, bem como, captar a visão dos jovens apontando aspectos a serem considerados na organização curricular da escola para uma articulação entre escola e trabalho no campo.

A realização da pesquisa com os estudantes da turma do 3º ano A da escola Elza Maria Corrêa Dantas revelou os desafios que esses jovens enfrentam para cursar o ensino médio na cidade pela falta de escola onde moram. Jovens que desde cedo assumem responsabilidades junto com seus familiares, conciliando a rotina de estudar e continuar no campo. Reivindicam um ensino de qualidade e para eles há um grande questionamento, até quando a juventude do campo vai ter seus direitos negados e vai ser esquecida pelo poder público.

A fala significativa “No campo não tem escola de ensino médio”, identificada durante a pesquisa, precisa ser situada na histórica negação do direito à educação aos trabalhadores, especialmente às populações do campo. A historicidade dessas negações e exclusões se interrelacionam com problemas que impactam diariamente a realidade social desses jovens através da distância entre moradia e escola; dificuldade em conciliar trabalho no campo e estudo; inadequação da organização curricular que desconsidera a realidade social dos jovens do campo, bem como a dinâmica de trabalho no campo. Frente a ruptura entre trabalho e estudo que orienta o modelo oficial de escola, os jovens demandam ensino médio que integre

estas dimensões, visto que o trabalho no campo se dá de modo indissociável com a reprodução da vida dessa juventude camponesa.

Os alunos que compõem a referente pesquisa, afirmam que gostam de morar no campo, pois nele tem-se lazer, cachoeiras, nascentes de água doce, festas entre outros locais que lhe agradam, os mesmos demonstram uma grande alegria ao falar de suas terras e retratar a vida de seus pais e histórias dos antepassados.

Esses discentes participam atualmente de muitas atividades no campo, com a expectativa de continuidade da produção e permanência no local de origem. Em busca de uma boa educação capaz de ampliar e fortalecer todo conhecimento adquirido em seus territórios.

Os 18 alunos que deram origem ao estudo em questão através de suas realidades vivenciadas no campo, ressaltam que existe uma grande preocupação com a educação de hoje, por falta de incentivo de materiais, infraestrutura e transporte escolar, tais fatores afetam o desenvolvimento educacional dos mesmos e enfraquece o processo de ensino e aprendizagem.

A distância entre moradia e escola acentua ainda mais a dificuldade em conciliar trabalho no campo e estudo. Os alunos da turma do 3º ano “A” muitas vezes se sentem exaustos pela jornada diária e trajeto longo até chegar na escola, mas esforçam-se para concluir seus estudos e buscam não desanimar.

Em vários momentos nas narrativas ficou perceptível a inadequação da organização curricular que desconsidera a realidade social dos jovens do campo, bem como a dinâmica de trabalho no campo. Nos cabe reconhecer que a classe camponesa tem uma capacidade de mobilização na reivindicação de seus direitos, que ora se apresenta com mais ou menos força. Essa resistência se faz necessária, pois, a atual organização do sistema escolar não tem garantido um currículo específico para esses jovens que vêm do campo, sujeitando-os a uma educação homogênea que os invisibiliza e os desqualifica. O sistema educacional não reconhece o campo como um lugar de pessoas que produzem economia, culturas, sociabilidades e identidades.

Os jovens demandam ensino médio que integre estudo e trabalho no campo. Os estudantes da turma do 3º Ano da escola Elza Maria Corrêa Dantas relatam que a educação para jovens do campo necessita de uma atenção diferenciada, pois os mesmos buscam muitos conhecimentos fora da sala de aula e reconhecem a importância do ensino em suas vidas. Desse modo é válido ressaltar, a importância da participação desses jovens em palestras

sindicais, cursos técnicos e movimentos sociais para fortalecer a comunidade e unir forças para conquistar seus objetivos e permanecer no campo junto a família.

Espera-se que os jovens acessem terra, território, trabalho, educação e atuem nas suas comunidades constituindo uma força física e intelectual capaz de fortalecer seus territórios. Mesmo que a escola não detenha o conhecimento integral ela traz um clareamento no ensino para que os jovens possam compreender e se relacionar com os diferentes estados do sistema escolar, sendo comum à toda classe estudantil e que a sociedade possa compreender que seus jovens necessitam de uma educação de qualidade, onde os jovens se sintam dentro dessa história como protagonistas atuais das lutas sociais pela conquista e permanência em seus territórios, eles entre si, dialoguem sobre estudo e o que se aprende dentro e fora da sala de aula, torna-se essencial que o sujeito participe desses dois mundos.

A educação escolar precisa ser uma realidade na vida dos jovens que moram no campo, além disso o governo deve buscar alternativas de ensino para tal público e incentivar a comunidade rural, para que a mesma possa permanecer nas suas terras e não seja forçada a sair do campo para buscar o acesso a educação básica e sim, que ele seja implantado dentro dessas comunidades para facilitar a vida no campo.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel.G, “**jovens , seu direito a se saber e o currículo**” Juarez Dayrell Paulo Carrano Carla Linhares Maia Organizadores, Belo Horizonte 2014, p. 168
- ARROYO, Miguel.G. ”**Repensar o Ensino Médio: por quê?**” Juarez Dayrell Paulo Carrano e Carla Linhares Maia Organizadores, Belo Horizonte 2014, p. 62-63
- CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio rural – traços de uma trajetória. In: THERRIEN, Jacques e DAMASCENO, Maria Nobre (coords). **Educação e Escola no Campo**. Campinas: Papirus, 1993. p. 15-40.
- CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- (CALDART, 2010) apud Ribeiro; Anjos; práticas e saberes de educadores e educadoras do campo,2016 p.75).
- CIAVATTA Maria, RAMOS Marise. “**Ensino Médio Integrado**”, VVAA., Dicionário da Educação do Campo, Eduardo. Expressão Popular, Rio de Janeiro, p.308
- DAYRELL, Juarez Tarcísio, JESUS Rodrigo Ednilson : **Juventude, ensino médio e os processos de exclusão escolar** 2016,p.409) Educ. Soc., Campinas, v. 37, nº. 135, p.407-423, abr.-jun., 2016
- DOURADO, J. A. L. **Papel da Agroecologia frente a crise alimentar mundial: olhares sobre as práticas agroecológicas na mesorregião do Alto Solimões (AM), Brasil**. Acta Geográfica, v. 1, p. 245-264, 2013.
- DERLI CASALI. **O campo da educação do campo**.MPA-ES.p.1.2016.
- ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 3 ed. São Paulo: Escala, 2000.
- Fialho, A.F; Santos, J.D.F.; Souza, S.T. **LUTA DE CLASSES, MEMÓRIA E REPRODUÇÃO CAMPONESA: A QUESTÃO DA LUTA PELA TERRA NO ASSENTAMENTO CANGUSSU – BA**. Revista Pegada – vol. 19. n.2 114 Maio-Agosto/2018.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1987
- FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967
- GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Org.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 9. Ed.São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2007.(Guia da Escola Cidadã V.5.p.31).

GIACOMELLI, A.M. A juventude rural, permanência no campo e a sucessão na agricultura familiar: Diálogos e reflexões a partir da política nacional de habitação rural, <https://rd.uffs.edu.br>. Chapecó/SC 2015

GUARANÁ de CASTRO, E.” **Juventude do campo**”, VVAA., Dicionário da Educação do Campo, Eduardo. Expressão Popular, Rio de Janeiro págs 400-442.

GUARANÁ de CASTRO, E.” **Educação do Campo**”, VVAA., Dicionário da Educação do Campo, Eduardo. Expressão Popular, Rio de Janeiro, p. 263

HAGE, S.A.M; LIMA, I.M.S; SOUZA, D.D.L. ESCOLA DO CAMPO NA PERSPECTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: REFERÊNCIAS PARA O DEBATE, 38ª Reunião Nacional da ANPED – 01 a 05 de outub

MALAGODI, Edgard; MARQUES, Roberto. Para além do ficar ou sair: estratégias de reprodução social de jovens em assentamentos rurais

MEDEIROS, Freire de Qro de 2017 – UFMA – São Luís/MA. Queiroz. **Entrevista concedida a Márcio Adriano de Azevedo**: Jardim de Piranhas/RN, 04 jan. 2006.

MOLINA, M. C. A constitucionalidade e a justiçaabilidade do direito à educação dos povos do campo. In: SANTOS, C. A. dos (Org.). Por uma educação do campo: Campo – Políticas Públicas – Educação. Brasília: INCRA; MDA, 2008. p. 19-31.

MULLER, M.G; FIGUEIREDO, E.H.L. A LUTA DE CLASSES NO CAMPO: O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2013.

PASSADOR, Cláudia. **A educação rural no Brasil**: o caso da Escola do Campo no Paraná. São Paulo: Annablume, 2006.

PEREIRA, Airton dos Reis. Colonização e conflitos na Transamazônica em tempos de ditadura civil-militar brasileira. In: PEREIRA, Airton dos Reis... [et al] (Orgs). **Culturas e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental brasileira**. 1 ed. - Belém, PA: Paka-Tatu, 2017. (p. 143-167).

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PPP (Projeto Político Pedagógico) do histórico da Escola Estadual Elza Maria Corrêa Dantas, acesso em: 02 de março. de 2018.

SOUSA, Walteir Martins de Sousa. Processo de construção e formação da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Elza Maria Corrêa Dantas. Disponível em: [PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E FORMAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ELZA MARIA CORRÊA DANTAS](https://www.netsaber.com.br/PROCESSO_DE_CONSTRUÇÃO_E_FORMAÇÃO_DA_ESCOLA_ESTADUAL_DE_ENSINO_FUNDAMENTAL_E_MÉDIO_ELZA_MARIA_CORRÊA_DANTAS) (netsaber.com.br), Acesso aos 09 nov. 2021

STROPASOLAS, Valmir Luiz. “O mundo rural no horizonte dos jovens” (2002), disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82617>].